



VEREADORA ALINE



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

PROJETO DE LEI Nº 34 /2025

Altera a Lei Municipal nº 3.084/2000, estabelece mecanismos de ampliação de fiscalização com apoio da Polícia Militar e dá outras providências.

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei municipal de Bariri, nº 3.084, de 03 de maio de 2000, que trata de horário de funcionamento de restaurantes, bares, trailers, lanchonetes e lojas de conveniências, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 1º** ...

I - De domingo à sexta-feira, das 08:00h às 01:00h do dia seguinte;
...”

Art. 2º O art. 7º da mesma Lei referida no art. 1º passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º A fiscalização poderá ser feita pela Prefeitura Municipal por meio dos fiscais de posturas, setor de fiscalização, setor de vigilância sanitária ou pela Polícia Militar, ficando autorizado o Executivo Municipal a firmar convênio necessário para tal procedimento.

Parágrafo Único - Os documentos formalizados pela Polícia Militar poderão ser utilizados como fundamento da imposição das sanções administrativas definidas no art. 4º desta Lei.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Aline Mazo Prearo
Vereadora



VEREADORA ALINE



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo promover a atualização da Lei Municipal nº 3.084/2000, a fim de corrigir inconsistências em sua redação e ampliar a eficácia da fiscalização relacionada ao horário de funcionamento de restaurantes, bares, trailers, lanchonetes e lojas de conveniência em nosso município.

Chegou ao conhecimento desta vereadora que existem de apontamentos do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG – e da própria Polícia Militar, no sentido de que a legislação vigente apresenta lacunas que comprometem sua aplicação prática. Primeiramente, verificou-se que a redação atual não contemplava expressamente o funcionamento aos domingos, o que gerava dúvidas interpretativas e demonstrava tratar-se de um aparente erro material, corrigido nesta proposta para restabelecer a clareza normativa.

Além disso, a legislação em vigor não previa de forma explícita a utilização direta de documentos lavrados pela Polícia Militar como fundamento para a imposição de sanções administrativas. Considerando o papel essencial da Polícia Militar nas ações de ordem pública e fiscalização, e diante da necessidade de dar maior efetividade e celeridade à aplicação da lei, a presente alteração inclui a possibilidade de que tais documentos tenham valor administrativo, conferindo maior segurança jurídica e respaldo aos procedimentos realizados.

Com isso, busca-se fortalecer a integração entre o Poder Executivo Municipal e a Polícia Militar, garantindo instrumentos mais ágeis e eficientes de atuação, ao mesmo tempo em que se preserva a transparência e a legalidade dos processos administrativos instaurados.

Trata-se, portanto, de medida de aprimoramento legislativo, construída a partir de demandas práticas apresentadas pelos órgãos que lidam diretamente com a segurança e a fiscalização em nosso município, com vistas a oferecer maior tranquilidade, organização e proteção à coletividade.

Diante da relevância da matéria e de sua utilidade prática, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 06 de outubro de 2025.



Aline Mazo Prearo
Vereadora

2/2